

A presença de conteúdos culturais na geopolítica alemã (1870-1945)

Lucas Muzio Vieira Cunha¹

Rodrigo Ramos Hospodar Felipe Valverde²

RESUMO: O presente artigo tem como pretensão demonstrar que na Geopolítica, a Geopolítica Cultural é tão relevante quanto os estudos vinculados aos recursos naturais. Essa subárea da Geopolítica começou com três autores que nomeamos como tríade germanófila, são eles: Rudolf Kjellén, Friedrich Ratzel e Karl Haushofer. Os estudos destes autores partem tanto da necessidade de estudar grupos e povos que influenciam as decisões dentro de um Estado, quanto grupos com redes que extrapolam as fronteiras do Estado e também interferem nas decisões de um ou mais Estados.

Palavras-chave: Geopolítica; Cultura; Geopolítica Cultural.

The presence of cultural content in German geopolitics (1870-1945)

ABSTRACT: This article aims to demonstrate that there is a sub-area of Geopolitics, Cultural Geopolitics, which is as relevant as studies linked to natural resources. This subarea of Geopolitics began with three authors that we name as the Germanophile triad, they are: Rudolf Kjellén, Friedrich Ratzel and Karl Haushofer. These studies stem from the need to study groups and people that influence decisions within a State, as well as groups with networks that go beyond the State's borders and also interfere in the decisions of one or more States.

Keywords: Geopolitic; Culture; Cultural Geopolitic.

La presencia de contenidos culturales en la geopolítica alemana (1870-1945)

RESUMÉN: Este artículo pretende demostrar que existe una subárea de la Geopolítica, la Geopolítica Cultural, que es tan relevante como los estudios vinculados a los recursos naturales. Esta subárea de la Geopolítica comenzó con tres autores que denominamos como la tríada germanófila, ellos son: Rudolf Kjellén, Friedrich Ratzel y Karl Haushofer. Estos estudios surgen de la necesidad de estudiar grupos y personas que influyen en las decisiones dentro de un Estado, así como grupos con redes que van más allá de las fronteras del Estado y también interfieren en las decisiones de uno o más Estados.

Palabras-clave: Geopolítica; Cultura; Geopolítica Cultural.

¹ Doutor em Geografia pela Universidade de São Paulo; Orientado.

² Professor Doutor e livre docente em Geografia pela Universidade de São Paulo; Orientador.

Introdução

Este artigo traz uma releitura de três autores clássicos da Geopolítica, Rudolf Kjellén, Friedrich Ratzel e Karl Haushofer, com a intenção de demonstrar que existe uma subárea da Geopolítica, a Geopolítica Cultural, que é tão antiga e relevante quanto outros estudos nesta grande área.

Para diversos autores, a Geopolítica Clássica, é um ciência com foco em conflitos, como para o alemão Haushofer. De acordo com Costa (2013, p.118), Haushofer “Participa da guerra (1914-1918) e durante esse período toma contato com o trabalho de Kjellén - *O Estado como forma de vida*. Articulando-o com as ideias de Ratzel, procura relacionar a “ciência militar” com a geografia política”. Ainda em Costa (2013), se observa a chamada tríade germanófila: Kjellén, Ratzel e Haushofer. Os três utilizam elementos culturais em suas análises e proposições Geopolíticas, termo cunhado pelo primeiro deles, Kjellén (1916, p. 30), que definiu essa área de estudo da seguinte maneira:

A geopolítica é o estudo do Estado como um organismo geográfico, ou uma manifestação no espaço: isto é, o Estado como país, território, propriedade ou, o que é mais importante, como reino. Como ciência política, tem o seu foco constante na unidade do Estado e procura contribuir para a compreensão da natureza do Estado, enquanto a geografia política estuda a terra como residência das comunidades humanas na sua relação com as outras propriedades da terra.

Essa nomenclatura que nasce com o sueco Rudolf Kjellén, se desenvolve como área de estudo inicialmente no país admirado por ele, a Alemanha. E acabou se consolidando em distintas escolas geográficas, com muitos dos estudiosos da área (os geopolíticos) servindo a interesses belicistas e/ou de dominação por parte de seus Estados, como Alfred Mahan, que era do alto comando da marinha do Estados Unidos, ou o próprio Karl Haushofer, que defendia os interesses da Alemanha nazista.

Mas é preciso lembrar que Friedrich Ratzel estava imerso no contexto da unificação alemã, enquanto que Paul Vidal de La Blache foi vinculado aos projetos neocolonialistas franceses. Cada um a seu modo, mais ou menos belicistas, todos foram importantes em projetos de organização e expansão do Estado.

Não havia, portanto, na primeira metade do século XX, algum estudioso de destaque totalmente alheio aos interesses de um Estado, e nenhum Estado com geopolíticos ativos era desprovido de interesses imperialistas ou expansionistas. Durante um período de grandes conflitos, não se pode realizar uma cisão entre membros da elite intelectual e seus Estados. Com essa contextualização em mente podemos destacar algumas características peculiares a esses autores e, em especial, a intersecção entre a Geopolítica e a Cultura.

A Cultura nos estudos dos primeiros geopolíticos

Uma vez na qual há o entendimento contextual da origem e propósito da Geopolítica, um elemento chave vem a aparecer, a Cultura. Tal termo, dotado de grande polissemia, em um espectro que vai da metafísica ao materialismo total, força a necessidade de uma definição ou minimamente um entendimento da mesma dentro da Geopolítica daquela época, para que não ocorra anacronismo.

Neste ponto, vamos inserir a Cultura como uma fusão de dois aspectos distintos no espectro que ela possa apresentar, um lado subjetivo e outro materialista. Ela é subjetiva ao Ser, pois os valores dentro dela, a religião, a língua, o modo de vida e o comportamento sob diferentes circunstâncias apresentadas na vida dos indivíduos, afetarão suas análises e capacidades de tomada de decisões, ao mesmo tempo que as consequências dessa subjetividade se materializam, com edificações, fluxos e conflitos.

Essa materialização da cultura, indica que a subjetividade cultural influencia o homem, que por sua vez, é quem compõem o Estado. Portanto, o Estado se apresenta como uma representação cultural, territorial e jurídica de uma população, como uma Pessoa que consegue representar um ou mais povos. Tal ideia de um Estado personificado a partir de uma população, está presente na Geopolítica desde R. Kjellén (1916, p.52), e o excerto a seguir serve como um exemplo disto:

Do estudo da geopolítica levamos para casa as lições mais importantes, que o Estado no seu âmbito tem um aspecto natural que é fonte de inúmeros interesses e necessidades para além do justo e injusto, e também que este aspecto natural de acordo com o “princípio da geografia individualidade” tende a se correlacionar com um território natural na superfície da terra, harmonicamente interligado por dentro, suficientemente separado do vizinho por fora. Ao mesmo tempo, observamos no próprio Estado uma certa capacidade de tornar natural o

seu próprio reino; eles estão em uma interação íntima como uma pessoa com seu corpo.

Essa ideia de realizar analogias entre o Estado e seres vivos, já era observada em F. Ratzel: “Nesse sentido, o Estado, como forma de vida, tenderia a comportar-se (por analogia) segundo as leis que regem os seres vivos na terra, isto é, nascer, avançar, recuar, estabelecer relações, declinar, etc.” (*apud* COSTA, 2013, p. 35).

Além da característica de personificação que demonstra como o Estado é fruto das características de seu povo, com uma formação orgânica, R. Kjellén (1916, p.19) traz o aspecto cultural como fundamental na análise geopolítica, ao dizer que: “não é apenas com o país e com o povo que os oponentes procuram superar-se; nós os vemos também na luta a partir de forças de natureza econômica, social, jurídica e cultural.

Logo, percebe-se que o autor usava elementos culturais em suas análises, bem como F. Ratzel o fazia, e mais à frente outros como Haushofer. Porém, há uma distinção essencial entre o geopolítico sueco e os dois alemães, estes usavam a Cultura de maneira materialista, enquanto Kjellén se referia a Cultura com certa subjetividade.

Dessa maneira, entende-se que visão materialista de Cultura na Geopolítica ocorre inicialmente em uma análise escalar do Estado, o que mais à frente será revisto neste artigo. Ratzel buscava elementos materializados na cultura alemã, com a finalidade de justificar territorialmente a unificação do país. Isto entre o fim do século XIX e o início do século XX foi uma forte arma do Estado frente aos desafios de tirar os povos germânicos de uma modalidade quase feudal, para um Estado forte em funcionamento. A língua e a religião, que são elementos aparentemente metafísicos, foram utilizados materialmente por Ratzel, para separar quem era alemão de quem não era. Uma passagem que comprova tal análise é a seguinte:

As influências que a natureza exerce sobre o homem migram com ele, e os povos que sofreram essas influências as carregam consigo a grandes distâncias. Disso se segue que ao se pretender estudar a essência de um povo é necessário não se limitar a estudar o ambiente físico que o circunda naquele momento. (...) As conquistas intelectuais são as que mais se difundem graças à capacidade de propagação que é própria das ideias, e vão se afirmar também em territórios que não teriam sido de modo algum favoráveis ao seu

desenvolvimento inicial. Poucas ideias têm um caráter tão territorial quanto às ideias religiosas, e no entanto poucas ideias tiveram propagação tão ampla. (RATZEL, 1990, p.69).

Se Ratzel agia em um contexto moralmente adequado na visão de seus pares da época, Haushofer que bebe nas fontes de Ratzel, mas não apenas dele, se aprofunda nas questões culturais como um dos pilares para utilizar a ideia do pangermanismo³ durante o período nazista (respeitando o Pacto Molotov-Ribbentrop e a reassunção da Rússia como potência, ao dividir a Europa segundo também o paneslavismo e a área de influência russa).

Neste momento histórico no qual Haushofer viveu, povos com línguas de origem germânica deveriam, portanto, estar sob o controle do mesmo Estado e se unir contra os demais. O autor ainda implicava em ideais de eugenia para o melhoramento da raça ariana. Neste caso, ainda que haja questões morais envolvendo o autor, é preciso extrair as suas contribuições na Geopolítica, como no trecho a seguir no qual ele resgata o conceito de Espaço Vital e fortalece o aspecto cultural.

Encontramos como base para toda discussão sobre política externa o “espaço vital” (Lebensraum), no qual cresceu o corpo de um povo que deseja manter e melhorar suas vidas através de uma política externa inteligente. É dever desta política externa zelar por este espaço vital e preservá-lo pelo menos como as gerações passadas o herdaram, ampliando-o quando for demasiado limitado, sem colocar a existência do povo em perigo de morte, perigo inevitável que deve ser enfrentado com todas as forças necessárias para garantir a sobrevivência da população. Dentro do espaço habitacional, mergulhando nele completamente, desenvolvendo todos os seus recursos, poderemos criar as bases para o máximo desenvolvimento da cultura (Kulturentwicklung); pois só quando se provar que “a área cultural” (Kulturboden) não pode suportar uma maior densidade populacional sem risco para o ambiente, depois de uma campanha inteligente na opinião pública mundial, será concedido a vós o direito de expansão, embora com bastante um pouco de desagrado, como finalmente aconteceu no caso do Japão e da Itália. No sentido mais estrito do termo, o dever de uma política, que visa manter o seu poder no mundo, é preservar dentro da sua “esfera cultural” (Kulturkreis) – ou pelo menos do seu “país” cultural (Kulturland) – a sua liberdade em relação à arbitrariedade estrangeira e, intimamente relacionado com isso, manter a sua independência da economia estrangeira; independência que é seguramente garantida pela capacidade de ser auto-suficiente, pelo menos em caso de necessidade (autarquia) e pela entrega garantida apenas de excedentes à economia mundial, como bem sabem a China e os Estados Unidos. (HAUSHOFER, 1927/2012, p.330-331).

³ É importante esclarecer que a teoria do pangermanismo tem diversos outros elementos, mas que a centralidade deste artigo é capturar a existência daqueles que são culturais, observando as principais teorias dos autores citados.

O excerto acima demonstra que em Haushofer encontramos não apenas uma continuação das teorias de Ratzel, mas sinais evidentes de que há grande importância no papel cultural e material para o desenvolvimento da nação. É necessário realizar o adendo do quanto a Cultura foi um fator primordial para o desenvolvimento do projeto de poder nazista, demonstrando que não se deve esquecer a história da Geopolítica, mas trazê-la para análises de projetos autoritários atuais, a partir da Geopolítica Cultural.

Ademais, é possível identificar nas citações da tríade germanófila, uma Geopolítica Cultural, ou seja, o uso da Cultura para fins geopolíticos. De tal maneira que não se pode mais, dentro dos estudos da Geopolítica, ignorar os usos dos elementos culturais e da Cultura em si. Tanto para o uso dos Estados em relação a suas populações, como o inverso, o papel da Cultura na formação dos Estados e das resistências perante o imperialismo executado por grandes potências. Isto ocorreu há mais de um século e ainda faz parte da realidade do mundo.

Onde está a intersecção entre Estado, Cultura e Geopolítica?

Para prosseguir com a análise dos geopolíticos clássicos, é necessário contextualizar que na primeira metade do século XX, as notícias e a formação cultural das pessoas passavam diretamente por políticas vinculadas ao Estado-Nação e, por sua vez, o papel da comunidade local tinha grande influência, conferindo um poder maior às escalas nacional e local, reduzindo os anseios externos advindos de outros Estados, ainda que as principais potências tivessem um grau variável de interferência em outros países.

Para os Estados que objetivavam crescer ou unificar seus territórios, caso da Alemanha, essas condições de falta de controle sobre as redes dentro e fora do Estado, se tornaram de grande preocupação, de maneira que o tema já ocupava páginas de publicações de autores como Ratzel (1990, p.79):

Quando a população atinge densidade considerável o território consegue prover apenas às necessidades de uma pequena parte desta, enquanto a maior parte deve recorrer, para obter o alimento ou o vestuário, a territórios estrangeiros, frequentemente situados a grandes distâncias. (...) Àquela parte da população que não encontra no local tudo aquilo que necessita ocorre naturalmente

estabelecer comunicações com outros territórios. Para isto intervém o comércio. Mas a proteção destas comunicações cabe ainda ao Estado.

A partir desse trecho extraído de Ratzel (1990), percebe-se que a proteção do conteúdo das comunicações sempre foi uma preocupação dos Estados, entretanto, a limitação territorial se torna oposta a expansão das redes, configurando maiores possibilidades de redução do controle de informações e finanças dos Estados sobre grupos de ação que compartilham de ideias similares entre si, mas não necessariamente estão alinhados com o projeto estatal.

Portanto, quanto maior o grau de inserção em redes, maior pode ser a influência de ideias que estão além do controle do Estado onde reside o indivíduo, e maior é a participação de redes de determinados grupos, na construção cultural dos indivíduos participantes dessas redes, estabelecendo mudanças endógenas nos Estados, a partir de redes que extrapolam a escala do Estado-Nação. Tal condição já era visível a partir das trocas comerciais de séculos anteriores e R. Kjellén (1907, p.17, tradução nossa) já compartilhava esta visão:

Portanto, parece que agora esse método deveria ser avaliado como normal. Em breve se tornará lei internacional. Primeiro, as grandes potências se intrometem nas fronteiras do pequeno Estado e em sua vida econômica, na qual conspiram umas contra as outras; então concordam que eles são irresponsáveis ao considerá-lo um Estado tampão e não dobrar um chapéu em sua cabeça; mas, mais cedo ou mais tarde, quando os respectivos interesses dos agentes foram postos de lado, eles fazem um novo acordo sobre a divisão, que para o objeto denota o começo ao fim.

Para além das redes materiais, a grande preocupação dos Estados europeus nos séculos XIX e XX era as mutações internas nos aspectos culturais, que eram centrais para os projetos estatais, como na Alemanha.

Assim, ao observar os estudos de Kjellén, percebemos que o mesmo introduziu a noção de que os Estados têm funções em um sistema internacional, não apenas por uma questão de recursos naturais, mas por serventia, usando grupos étnicos e religiosos para atingir seus objetivos.

Kjellén também ressaltava a ideia de que havia planejamento para o nascimento e morte dos Estados, atribuindo uma característica natural aos Estados, sendo

influenciado pela época na qual vivia, e contribuindo para um entendimento personificado dos Estados, considerando os aspectos culturais para entender a Geopolítica de seu tempo.

Essa característica peculiar de Kjellén aparecia inicialmente como uma vocação natural dos Estados em Ratzel, embora o autor nunca tivesse condicionado a ideia de que o meio natural determina a sociedade, inclusive afirmando o contrário:

Uma costa escarpada, susceptível de proteger numerosos portos, reforça as vantagens de uma situação insular. Para um país cujo desenvolvimento seria, sobretudo, continental, isso não teria de forma alguma a mesma importância. Quando tais regiões vêm se associar a um Estado, a sua importância política cresce normalmente. Contrariamente, uma decisão política pode vir mutilar o que a natureza uniu. (RATZEL, 2011, p. 57).

Além do reforço naturalista em analogias (visto a influência da época), existiam outros traços de similaridade entre os geopolíticos em evidência neste artigo. O alemão Friedrich Ratzel escrevia em seus textos sobre o imperialismo, e tanto ele quanto Kjellén destacavam as invasões sobre os territórios africanos e como as nações europeias acabaram com os Estados que já existiam, como escreveu também R. Kjellén (1907, 13, tradução nossa):

Ainda, quando do alvorecer de cada século chegava a notícia dos confins da África, que a invasão da Inglaterra tinha arrasado dois Estados. Aqui a tragédia foi tão mais profunda que esses Estados tiveram que se refazer em todo o esplendor das virtudes morais dos cidadãos.

O importante desta passagem é observar que ainda que eles participassem dos projetos de seus Estados, existiam críticas ao imperialismo e ao neocolonialismo, porém essas críticas não foram consideradas em diversos estudos sobre esses autores. Em certa medida, no Brasil a gênese francesa da Geografia contribuiu com isso, mas o resgate dos clássicos da Geopolítica nos mostra dois aspectos fundamentais: primeiro que é preciso ir direto aos textos originais e realizar mais traduções diretas para a língua portuguesa; segundo que embora imersos em seus contextos, suas teorias têm validade até hoje e aquilo que propuseram como estudo inicial da Geopolítica ainda serve, se não em sua totalidade, pelo menos como parte de uma forma de compreensão da atualidade.

O próprio termo Geopolítica que nasce dali, ainda é importante para entender as relações entre diversos países e nações, em um resumo daquilo que o criador do termo define como Geopolítica junto a ideia de personificação dos Estados:

A geopolítica ensinou-nos que o Estado moderno obedece à lei da individuação geográfica, cujo ideal é um país natural para um corpo. O que vimos agora no princípio da nacionalidade é a lei da individuação étnica, cujo objetivo é um povo natural e a sua alma. Eles são interiormente um e o mesmo desejo pela natureza e pela vida orgânica. Assim, tal como o país ou reino natural tem território natural e fronteiras naturais, o povo natural ou a nação também tem a sua coesão e a sua separação dos outros. E assim, tal como o próprio Estado pode participar no desenvolvimento independente do seu território, pode contribuir para o desenvolvimento da nacionalidade, reforçando-a com lealdade; mas, em qualquer dos casos, não pode evitar a necessidade de uma forma básica de circunstâncias objetivas. Neste contexto, é mais claro do que nunca que a ideia de personalidade da nação, tal como a do indivíduo, é uma conquista definitiva de e para a humanidade. (KJELLÉN, 1916, p. 72).

A personalidade da nação e sua transformação em Estado em R. Kjellén (1916) revela como os elementos culturais, como etnia, língua e reconhecimento identitário, são importantes na construção de um Estado, uma vez que o ordenamento territorial e governo em posse do Estado será um reflexo dessa tal personalidade. Esses aspectos culturais manifestos e com oportunidades de materialização a partir do ordenamento e das leis de um Estado, implica em todas as áreas do Estado, desde a tributação até a guerra:

[...]o Estado de antigamente tinha assuntos comerciais, na medida em que, por propriedade direta, possuía e fazia uso de “domínios” de vários tipos. Esta legislação sempre teve, em princípio, uma natureza financeira estatal muito semelhante ao direito de tributação; serviu como uma base econômica estável para o principal objetivo do Estado de manter o Estado de direito. Mas as políticas do Estado moderno para a terra, as florestas, as montanhas e a água vão muito além de tais intenções; seu ponto de vista é o econômico-nacional, seu campo de visão é toda a sociedade e todo o país. Finalmente, durante a guerra, fomos testemunhas de como o Estado colocou sob a sua regulação e controlou todos os aspectos da vida social e econômica; e podemos estar muito enganados se acreditarmos que esta ascensão da legislação patriarcal passará com a guerra. (KJELLÉN, 1916, p.14).

Em suma, o autor assume que o Estado tem um importante papel na regulação da vida cotidiana, mas em 1916 impactado pela Iª Guerra Mundial, ele demonstra que o Estado se agiganta mais nesse controle durante situações de exceção, como cita :

A natureza orgânica dos países nunca é tão clara como na guerra. A guerra é um campo experimental para a geopolítica, como para toda a política, e os estados-maiores deveriam ser academias científicas, não menos neste ramo da ciência estatal. É a eles que cabe determinar os planos de campanha no que diz respeito ao maior ou menor valor da terra inimiga dentro da organização política do Estado inimigo; eles devem, portanto, estudá-los exatamente deste ponto de vista. A guerra moderna tem como objetivo quebrar a vontade do oponente; a medida mais radical é tomar todo o país, pois isso é o mesmo que privá-lo do controle de seu próprio corpo. (...) Esta é uma guerra moderna levada até ao fim; mas pode-se esgotar e cansar o inimigo, de modo que ele desista antes de chegar a esse ponto, pode-se enfraquecê-lo como povo, matando ou capturando o exército, como proprietário ao explorar fontes de riqueza, como país ao ocupar partes dele. Nestas duas últimas áreas, a geopolítica serve como arte da guerra ao indicar as partes fracas. (KJELLÉN, 1916, p.37).

É portanto, a partir dos estudos de Kjellén, que nota-se a importância em qualquer estudo de geopolítica que o papel do Estado seja elucidado em suas diversas escalas e esferas, e por conseguinte, suas relações. Sempre adicionando o fato de que o Estado é maior que seus governantes, de modo a se considerar as complexidades da nação, a materialidade, ordenamento, leis, fluxos e conflitos nos quais aquele Estado está envolvido.

Seguindo as inspirações de Ratzel e Kjellén, chega-se ao último entre os clássicos da geopolítica germanófila, que é Haushofer, um alemão que via nos escritos desses dois e do britânico Halford Mackinder, inspirações para suas teorias de ordem Geopolítica e Cultural. Assim como os dois já supracitados neste trabalho, Haushofer participava ativamente da vida política em seu país.

Em Haushofer encontramos inspirações em algumas teorias de Ratzel, com destacada importância no papel cultural e material para o desenvolvimento da nação. Para além dos seus antecessores, o papel da cultura aparece de maneira mais evidenciada e usada de tal forma que o autor parece acertar quais países viriam a ser as grandes potências econômicas mundiais, isto partindo da observação sobre a cultura e sobre o território, e portanto, o espaço necessário para o desenvolvimento autônomo do Estado. Voltando à teoria do Espaço Vital, sobre a qual Haushofer (1927/2012, p.332) escreve:

A falta de espaço torna-se ainda mais sufocante quando comparamos os países ricos com os países pobres, e quando comparamos as riquezas do subsolo, o

clima, as chuvas regulares em épocas favoráveis à cobertura vegetal, a fertilidade devida aos solos privilegiados, etc., é feito em detrimento das pessoas cuja população está aglomerada num espaço estreito, das "pessoas sem espaço" (Volks ohne Raum), que foram privadas da possibilidade de respirar. Da mesma forma, para os povos e para a formação dos Estados, a situação, o espaço e as fronteiras tornam-se pontos de partida essenciais na política externa. Podemos compreendê-los com base no conhecimento geográfico-político. Cada um pode adquirir conhecimento e dele derivar os fundamentos seguros para julgar as necessidades da política externa.

Um dos aspectos que diferenciou Haushofer de seus antecessores foi a sua projeção dentro do governo nazista, belicista e centralizador, com ideias e ações que hoje são consideradas crimes em muitos países, especialmente do mundo ocidental, e tal engajamento pode ser interpretado como um fator que levou Haushofer a ver na geopolítica uma ferramenta para a guerra:

Mas é a geopolítica que, acima de tudo, deve criar o instrumento de uma política externa fecunda, que deve despertar um enorme eco em todo o povo, para que nasçam as forças que a levarão a cabo. Neste domínio, apesar da existência de espíritos eminentes entre nós, temos-nos concentrado no estrangeiro, nos países de língua inglesa, francesa e japonesa, criando ali mais escolas do que no nosso próprio país; sendo os britânicos e franceses muito superiores a nós desde o final do século. Eles educaram tanto os executores da sua política externa como as massas que tiveram de lhes dar o número necessário de votos nas eleições em estratégia geopolítica. De 1901 a 1904, especialistas geopolíticos franceses e ingleses (Chéradame e Mackinder) indicaram nas suas obras - que deveriam ter chamado a nossa atenção - as orientações a seguir para dismantelar as Grandes Potências da Europa continental. (HAUSHOFER, 1927/2012, p. 335).

Haushofer engajava-se em criar uma visão de mundo que servisse ao pangermanismo, entretanto, existiam alguns problemas claros na geopolítica daquela época, bem como observa Troll e Fischer |(1949, pp. 105-106, tradução nossa):

No entanto, do ponto de vista dos nacional-socialistas, a geografia era suspeita de representar o condenado "ambientalismo" [Milieutheorie] e o "materialismo geográfico", entrando assim em conflito total com a rígida "teoria racial" que até ensinava a existência de "raças marítimas". "raças agrícolas", etc. Durante estes anos, o antagonismo de opiniões destacou especialmente o problema da causalidade na geografia. Apesar da importância fundamental deste grupo de problemas para a geografia humana, uma discussão aberta e objetiva em público ou na literatura dificilmente seria possível, uma vez que quaisquer pontos de vista que questionassem a teoria racial mística doutrinária eram politicamente proibidos. A antítese revelou-se útil no final, pois conduziu a um compromisso sensato e a uma clarificação de opiniões.

As críticas se iniciaram à geopolítica clássica conduzidas por geógrafos de fora da Alemanha, em especial dos países que atuaram ativamente na IIª Guerra Mundial. Estados Unidos e França passaram a se destacar em assuntos geográficos, o primeiro porque viu a necessidade de uma ciência que ajudasse a entender melhor a sua população e a organização do próprio território, além de outras necessidades, pois se tornou uma nação imperialista. Já o segundo país teve forte influência sobre a Geografia brasileira, que estava em fase inicial. Logo, aquilo que Haushofer propôs, de fato nasceu, mas principalmente fora da Alemanha, e portanto, a Geopolítica ecoou a partir das potências do século XX e fez suas escolas fora de seus domínios originais.

Considerações finais

O que pode-se concluir ao fim deste artigo, é que falamos da cultura como um elemento estratégico nas relações de poder. Isto não significa que isso seja ruim ou torne a Geopolítica mais agressiva do que quando observada apenas pelo viés dos recursos naturais, mas que é necessário conferir maior apelo à participação da cultura nesta grande área de estudo, algo que já era feito anteriormente.

É possível observar uma base antiga que ainda ressoa para o entendimento do mundo atual. Dentre os autores germanófilos destacados, percebemos que Kjellén por ser sueco e não ter participado diretamente dos projetos alemães foi pouco estudado no Brasil. Por sua vez, Ratzel tem sido constantemente relacionado ao determinismo geográfico e até mesmo ao projeto nazista, mas este não foi sequer contemporâneo à Hitler e na leitura de seus originais não se encontra indicativos do primeiro (ALBUQUERQUE, 2011, p. 18): “Embora acusado de “determinismo ambiental” particularmente a partir da releitura dos possibilistas franceses, nada se encontra em seus escritos”.

Isto diferencia Ratzel e Haushofer, este último sim engajado no projeto nazista, escrevia sobre o papel da cultura e da raça e usava os trabalhos de seus antecessores como inspiração para as finalidades de seu contexto político.

Além desta divisão histórica, não se pode deixar de lado neste resgate germanófilo o fato de que a Geopolítica não nasceu apenas dos estudos dos recursos naturais, tais recursos apesar de importantes eram apenas parte do território e úteis

aos Estados. Contudo, para Ratzel, Kjellén e Haushofer havia a técnica e a cultura, ambos teriam maior peso sobre a formação do Estado e o tamanho do território, portanto, os aspectos culturais - ao lado dos aspectos geopolíticos - por muito tempo esquecidos ou diminuídos, seja intencionalmente ou não, precisam ser retomados na academia.

Os conflitos que acontecem e a redução do papel do Estado diante da internacionalização da cultura e do capital mostram que os conflitos até então aparentemente apenas mediados pelo Estado, hoje podem se dar em múltiplas escalas e com múltiplos atores e não apenas em uma ótica bipolar ou econômica.

E se a Geopolítica europeia clássica ainda consegue explicar certas divisões e conflitos territoriais pela Europa, ela mostra que tem em seu pano de fundo teorias que devem ser aproveitadas para a compreensão de outros conflitos pelo mundo, e isso traz a relação do desenvolvimento de redes em múltiplos territórios e seus impactos dentro e fora dos países.

Portanto, hoje é possível nomear e fazer ressurgir a Geopolítica Cultural, como uma área de interesse do passado e do presente, que surgiu com a tríade germanófila, mas que passou algumas décadas esquecida ou aquém da sua verdadeira relevância na Geopolítica.

Referências

ALBUQUERQUE, E. S. de. **Uma Breve História da Geopolítica**. Coleção perspectivas do mundo contemporâneo. Cenegri Edições, 2011.

COSTA, W. M. **Geografia Política e geopolítica: discursos sobre o território e o poder**. São Paulo: EDUSP, 2013.

HAUSHOFER, Karl. **Geopolítica do Pan-Pacífico**. Tradução de Arthur Moura Costa. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

KJELLÉN, Rudolf. **Huru stater dö**. Stockholm: Sv. folkförbs, 1907.

_____. **Staten som livsform**. Stockholm: Sv. folkförbs, 1916.

RATZEL, Friedrich. **Ratzel**. (org.) Antonio Carlos Robert Morais. São Paulo: Ática, 1990.

RATZEL, Friedrich. **A relação entre o solo e o Estado** - Capítulo I O Estado como organismo ligado ao solo [p. 59] (Trad.) Matheus Pfrimer. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 29, pp. 51 - 58, 2011.

TROLL, Carl; FISCHER, Eric. *Geographic Science in Germany during the Period 1933-1945: A Critique and Justification*. Annals of the Association of American Geographers, v. 39, n. 2, p. 99-137, jun. 1949. Taylor & Francis, Ltd. on behalf of the Association of American Geographers.

Recebido em 24 set. 2024.

Publicado em 23 dez. 2024.